

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

LUCIANE DUARTE PEROTTA

HISTÓRIA EM LOUCURA:

**O APAGAMENTO HISTÓRICO DO HOSPITAL
PSIQUIÁTRICO BANUTH NA CIDADE DE
BAURU**

BAURU

2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

LUCIANE DUARTE PEROTTA

HISTÓRIA EM LOUCURA:

**O APAGAMENTO HISTÓRICO DO HOSPITAL
PSIQUIÁTRICO BANUTH NA CIDADE DE
BAURU**

Monografia apresentada à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Universitário Sagrado Coração vinculado ao Centro de Humanas do Centro Universitário Sagrado Coração (Unisagrado), Bauru/SP.

BAURU

2022

Dedico esta monografia a todas as pessoas com alguma deficiência intelectual que ainda sofrem por não receberem a devida atenção e cuidados aos que têm por direito e justiça e aos seus familiares que buscam continuamente uma melhor qualidade de vida para os seus entes queridos.

Mas principalmente dedico todo esse trabalho ao meu neto Philipe, autista, por me proporcionar a alegria e forças que eu precisava para trazer ao conhecimento histórias de pessoas que necessitam de terapias e tratamentos constantes,

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pois Ele esteve presente ao meu lado o tempo todo, me dando inspiração para escrever e, por isso, em nenhum momento me senti sozinha.

Ao meu marido Fabio. Sem ele nada disso teria sido possível, pois em todos os dias difíceis e cansativos, lá estava ele fazendo todos os afazeres domésticos e garantindo uma xícara de chá para amenizar minhas dores.

Aos meus filhos, Pâmela, Jéssica e Luã, que desde o primeiro dia de graduação estiveram me incentivando, e ao meu neto Lucca, que com orgulho fala para todos que sua vó é professora.

Às minhas amigas Mayara, Milena, Stephanie, Raquel e Melissa, que a Universidade me proporcionou. Por muitas vezes suportaram meu mau humor e segurando na minha mão, não me deixaram cair.

E à minha prezada e querida orientadora Prof^a Dra. Flávia Santos Arielo, pela paciência, dedicação, compreensão e amizade.

“Àquele que é capaz de fazer infinitamente mais do que tudo o que pedimos ou pensamos, de acordo com o seu poder que atua em nós” (Efésios 3:20)

RESUMO

A presente pesquisa visou investigar o percurso histórico da criação e desmantelamento dos manicômios no Brasil, destacando em especial o papel da luta antimanicomial em Bauru, cidade que encabeçou o relevante início dessa luta. Assim, o principal objetivo desta pesquisa foi realizar o levantamento histórico de um dos mais famosos hospitais psiquiátricos da região de Bauru, que ficou conhecido popularmente por “Banuth”. Intentou-se, portanto, compreender historicamente como essa instituição se relaciona com a cidade e porque há poucas fontes de acesso para a sua própria história. Considerando a inserção do periódico o Jornal *O Estado de São Paulo* como fonte documental e acréscimo de informações importantes para esta pesquisa, na análise das edições entre os períodos do ano de 1968 a 2000, disponível no acervo online de acesso gratuito. A pesquisa disponibiliza prováveis datas da abertura e fechamento do Instituto de Psiquiatria de Bauru, mais conhecido como “Banuth”, de acordo com os periódicos analisados, bem como importantes evidências e características retratadas sobre este Hospital na História local. A fonte periódica digital contribuiu como fonte histórica na análise e construção dos eventos históricos do objeto em pesquisa. Uma breve história da psiquiatria está contextualizada nesse relatório para melhor compreensão de sua trajetória. Foram abordadas as manifestações de repúdio ao tratamento desumano perpetrado aos doentes mentais no Instituto de Psiquiatria de Bauru, que como as demais instituições no Brasil, a partir da década de 1970, contribuíram com inúmeros manifestos da luta antimanicomial que se espalharam país afora. E, por fim, acrescentamos as imagens do periódico local o Jornal *Diário de Bauru*, para confrontar as informações obtidas para análise das respectivas fontes. Os resultados reforçam a importância dos jornais como fonte de conhecimento e problematizações em torno das questões levantadas.

Palavras-chave: Bauru; Hospital Banuth; história da loucura; Jornal.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the historical course of the creation and dismantling of asylums in Brazil, highlighting in particular the role of the anti-asylum struggle in Bauru, a city that led the relevant beginning of this fight. Thus, the main objective of this research was to conduct a historical survey of one of the most famous psychiatric hospitals in the Bauru region, which was popularly known as "Banuth". It was tried, therefore, to understand historically how this institution relates to the city and why there are few sources of access to its own history. Considering the insertion of the journal *O Estado de São Paulo* as a documentary source and the addition of important information for this research, in the analysis of the editions between the periods of the year 1968 to 2000, available in the online collection of free access. The research provides probable dates of the opening and closing of the Institute of Psychiatry of Bauru, better known as "Banuth", according to the journals analyzed, as well as important evidence and characteristics portrayed about this Hospital in local history. The digital periodic source contributed as a historical source in the analysis and construction of the historical events of the object in research. A brief history of psychiatry is contextualized in this report to better understand its trajectory. The manifestations of repudiation of the inotherminum treatment of the mentally ill at the Institute of Psychiatry of Bauru will be addressed, which like the other institutions in Brazil, from the 1970s onwards, contributed to numerous manifestos of the anti-mistreatment fight that spread across the country. Finally, we add the images of the local periodical the *Jornal Diário de Bauru*, to confront the information obtained for analysis of the respective sources. The final results reinforced the importance of newspapers as a source of knowledge and problematizations around the issues raised.

Keywords: Bauru; Banuth Hospital; story of madness; Newspaper.

Sumário

<u>INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA</u>	<u>9</u>
<u>MATERIAIS E MÉTODOS</u>	<u>12</u>
<u>RESULTADOS</u>	<u>14</u>
<u>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</u>	<u>14</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>43</u>
<u>FONTE</u>	<u>45</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>45</u>
<u>ANEXO</u>	<u>49</u>

INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

A presente pesquisa visou realizar o levantamento histórico de uma instituição manicomial privada situada na cidade de Bauru, que leva o nome de Instituto de Psiquiatria de Bauru, conhecido popularmente como “Banuth”, nome que recebeu em referência a seu fundador, o médico psiquiatra Fauser Banuth. Entende-se que para realizar essa análise específica local, fez-se necessário também abordar historicamente a presença das instituições psiquiátricas no Brasil, comumente conhecidas como “manicômios”.

De acordo com Oda e Dalgarrondo (2005) os manicômios foram criados como forma de contenção dos mais variados tipos de problemas, englobando tanto os mentais quanto os sociais. Por isso, entende-se como historicamente necessário levantar questionamentos sobre as relações humanas e convivência social da pessoa tida como louca.

Um dos grandes desafios propostos por esta pesquisa (e seu principal motivo de existência) fundamentou-se no pouco ou quase nenhum acesso à documentação ou qualquer registro histórico de seu objeto, o hospital Banuth, principalmente após sua desativação. Tendo isso em vista, a mais expressiva modificação realizada após a submissão e aprovação do projeto está na escolha da fonte de pesquisa: o acervo online do periódico *O Estado de São Paulo*, onde constam algumas reportagens e informações sobre a instituição em questão.

A pessoa com doença mental foi, através do tempo, nomeada de diferentes formas: “alienado mental”, como apontado por Oda e Dalgarrondo (2005), “louco”, como se referiu Lüchmann e Rodrigues (2007), ou até mesmo como “diferente e anormal”, tal como mencionado por Gradella (2002). Partindo do senso comum, as pessoas que possuíam distúrbios mentais recebiam inúmeros epítetos: doidos, malucos, aloprados, lunáticos, lesados, mentecaptos, entre outros. Uma dessas expressões mais comuns e divulgadas socialmente teve sua origem influenciada pelo nome de Philippe Pinel, médico francês, considerado um dos pais da Psiquiatria. No Brasil se tornou comum referenciar-

se ao louco como “pinel”, principalmente após o ano de 1937, quando foi fundado o Hospital Pinel, no bairro do Botafogo, Rio de Janeiro.

As particularidades dos autores diante das nomenclaturas podem ser distintas, mas o questionamento quanto aos métodos adotados pelas instituições, a necessidade de uma reforma no tratamento psiquiátrico e, principalmente, a extinção dos manicômios, uniram autores em torno do mesmo ideal, tal como propõem Oda e Dalgalarro (2005), Lüchmann e Rodrigues (2007) e Gradella (2002).

Ao longo da história da loucura é possível perceber que o intitulado “louco” já não era tão somente a pessoa que possuía distúrbios mentais, mas todo aquele que não se enquadrava em seu meio social, tornando-se um obstáculo para a sociedade racionalista descrita nos séculos XVII e XVIII, quando a desordem mental era igualada à desordem de conduta. Michel Foucault (1972) aponta que essas pessoas que não se enquadravam ao perfil esperado pela sociedade eram todas como membros “irracionais” da população. Eles passaram a ser aprisionados e institucionalizados num lugar nomeado por Foucault de “espaço de confinamento”. É desta forma que muitos daqueles que não se encaixam nos moldes de eficácia e racionalidade foram responsabilizados pela inserção de um grande mal-estar na sociedade moderna.

Assim, afastar quaisquer pessoas não sociáveis passou a ser uma regra para preservação dos princípios e da moral. Como relata Michel Foucault, os principais motivos para esse afastamento social eram a

Desobediência por fanatismo religioso, resistência ao trabalho e roubo: as três grandes faltas contra a sociedade burguesa, os três atentados maiores contra seus valores essenciais não são desculpáveis nem mesmo pela loucura (1972, p.291),

A partir da detecção da loucura, fazia-se necessário retirar o louco do convívio social. Foi nesse ínterim que surgiram os manicômios, tais como os conhecemos hoje, onde “O internamento seria assim a eliminação espontânea dos ‘a-sociais’” (FOUCAULT, 1972, p. 90). Esse “internamento” consistia na instauração de diferentes instituições, como os asilos, prisões, hospícios e hospitais.

Diante disso, após anos de movimentação e reflexão mundial e nacional sobre a questão do confinamento dos loucos, no ano de 1987, psicólogos e psiquiatras da cidade de Bauru se posicionaram ao questionar os malefícios que esses tipos de instituições trouxeram para os pacientes, familiares e para a sociedade em geral. Era este o início da luta antimanicomial que se estenderia para todo território nacional.

Um paciente com transtornos mentais precisa de cuidados e tratamentos específicos relacionado ao seu quadro clínico, se caso necessário, recorrer a uma instituição psiquiátrica, que esta seja adequada a um tratamento que preze pela dignidade humana. Assim, grandes avanços da ciência e da psiquiatria tornaram possível a reforma psiquiátrica, amenizando o sofrimento tanto de pacientes quanto de seus familiares, que já convivem com o preconceito e julgamentos da sociedade na qual estão inseridos. De acordo com Luchmann

Trata-se, de maneira geral, do reconhecimento das diferenças e do combate às desigualdades, no fortalecimento de um campo ético-político pautado nos valores da solidariedade, democracia e justiça social (2007, p.45).

Entende-se que historicamente as instituições manicomiais foram projetos calculados de poder, intolerância e punição, principalmente na visão de Michel Foucault. A ressignificação dessa visão se torna possível principalmente através da educação como meio de conhecimento e propagação de um mecanismo de inclusão e não de exclusão de uma pessoa.

Para que a transformação acima descrita seja possível, é necessário que a história desses manicômios não se apague. Assim, essa pesquisa justifica-se principalmente pela realização de um levantamento histórico sobre o Instituto de Psiquiatria da cidade de Bauru, o “Banuth”. O apagamento da história deste hospital segue por anos sem as devidas informações, dados e fontes históricas do local, dos pacientes e de seus colaboradores.

Há inúmeras perguntas que anseiam por respostas, dentre elas: O que aconteceu com o hospital que abrigava, em média, 250 pacientes e empregava cerca de 130 funcionários, uma das maiores médias paciente/funcionário do Brasil? Qual o motivo do apagamento da história de uma Instituição que deu destaque nacional a Fauser Banuth em 1977, com o Título de Psiquiatria da AMB

(Associação Médica Brasileira) e da ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria), conforme registrado no projeto de decreto legislativo, em 10 de setembro de 2012, Bauru-SP?

Também se pontua como forte justificativa para esta pesquisa a presença de Bauru no cenário nacional de início da luta antimanicomial. Decorrente do trabalho árduo de integrantes do movimento antimanicomial no Brasil, foi então criada uma lei federal que dispunha sobre a reformulação do modelo tradicional de tratamento psiquiátrico, visando a regulamentar as instituições psiquiátricas para que percam seu caráter 'manicomial' (Lei 10.216, de 6 de abril de 2001).

Sendo assim, o principal objetivo desta pesquisa foi investigar historicamente o desenvolvimento e desativação do Instituto de Psiquiatria de Bauru, o "Banuth". Especificamente, buscou-se contextualizar de forma breve a história da loucura no Brasil, assim como analisar o periódico *O Estado de São Paulo* recorte temporal entre 1968 e 2000. Também foram objetivos apresentar as análises científicas e históricas em relação às instituições psiquiátricas e realizar um estudo de caso, explorando o processo de desenvolvimento e extinção do Instituto de Psiquiatria de Bauru "Banuth".

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa que se propõe é histórica e buscou consolidar-se através da revisão bibliográfica e documental¹. A pesquisa bibliográfica é caracterizada por se realizar através de materiais que já foram publicados, principalmente livros, artigos de periódicos, assim como material disponibilizado na internet (GIL, 1991).

O método de pesquisa bibliográfica é baseado na coleta de informações e conceitos para a construção do conhecimento, conforme diz Minayo (2002, p.17) "Como não somos gênios, precisamos de parâmetros para caminhar no conhecimento". De acordo com Köche (2011), o objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre o tema proposto. Por ser histórica, trata-se de uma pesquisa documental a

¹ Como não envolve a utilização de seres humanos, a pesquisa está dispensada a apresentação do projeto ao Comitê de Ética, conforme consta em carta de dispensa ao final deste relatório.

qual se caracteriza por utilizar de fontes que vão compor o material que será escolhido e utilizado como fonte da pesquisa.

A escolha das fontes para a pesquisa se deu perante a pandemia de Covid-19 que assolou e paralisou o mundo no ano de 2020. Diante desta paralização, os principais acervos de periódicos se encontravam fechados, dificultando o acesso físico e presencial a essas fontes. Contudo, a tecnologia cada vez mais presente em nossas vidas facilitou a pesquisa por meio da internet. As plataformas digitais têm possibilitado cada dia mais o acesso a acervos completos disponibilizados de forma acessível e gratuita a todos os interessados, democratizando a pesquisa científica. Nesses momentos de isolamento social na qual vivemos, é de grande importância o acesso virtual e remoto às plataformas que hospedam e disponibilizam acervos completos das mais variadas fontes primárias, entre elas, os periódicos.

A escolha dos periódicos como fontes de pesquisa se deu pela dificuldade e/ou inexistência de documentos físicos do objeto de pesquisa. Por se tratar de uma instituição privada, a disposição de documentos que poderiam fornecer informações sobre o hospital dependiam da disponibilidade da família do médico Fauser Banuth em contribuir para a construção da História, o que não aconteceu por parte dos herdeiros após tentativas de contactar a família, impossibilitando a pesquisa por intermédio de documentos oficiais.

Os periódicos digitais contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento da pesquisa científica. Portanto, o periódico selecionado para esta análise foi o jornal *O Estado de São Paulo*, no recorte temporal de 1968 a 2000. Este periódico nasceu com o nome de *A Província de São Paulo* e seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense.

No que concerne à revisão da bibliográfica, complementando os materiais do projeto inicial, trabalhamos com textos, livros e artigos de autores diretamente relacionados ao tema em estudo, como a filósofa especialista na área de Psicologia e Psicanálise, Sandra Caponi (2012), *Loucos e Degenerados: Uma Genealogia da Psiquiatria Ampliada*; da historiadora Nancy Leys Stepan (2004), *A Eugenia no Brasil, 1917-1940*; contamos também com o artigo da Historiadora Maria Helena Rolim Capelato (1988), *A Imprensa na História do Brasil*; bem como

Tânia Regina de Luca (2005), *História dos, nos e por meio dos periódicos*; e traçando uma breve história da psiquiatria, Tânia Sofia Ferreira e Claude Quérel, *História da Loucura. Da Antiguidade à invenção da Psiquiatria. Do Alienismo aos nossos dias*.

RESULTADOS

Em primeiro lugar, a consulta do periódico Jornal O Estado de São Paulo, por intermédio do acervo digital online, foi primordial quanto ao resultado obtido, pois as buscas por informações do Hospital Psiquiátrico de Bauru, “Banuth”, estavam em conformidade com o período de seu trabalho desenvolvido como Instituição Psiquiátrica. O acervo do periódico contribuiu grandemente para com esta pesquisa, demonstrando em suas reportagens aquilo que levou ao fechamento da instituição Banuth: a negação da defesa e proteção daquelas pessoas rejeitadas socialmente por seus problemas psiquiátricos.

Posteriormente em análise ao periódico local “Diário de Bauru”, mais uma fonte histórica de extrema importância nesta pesquisa, pudemos observar a relevância que os jornais e a Imprensa representam para a construção histórica do objeto de pesquisa para o Historiador. Ambos os periódicos nortearam toda essa pesquisa e análise dos impulsos reais que acometiam um período na nossa História em função das atrocidades cometidas por Instituições Psiquiátricas, que por detrás de uma ciência séria como a Psiquiatria, se aproveitaram do poder econômico que esse público captava em benefícios próprios.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Breve História da Psiquiatria no Mundo e seus Principais Pesquisadores

A psiquiatria é uma especialidade médica que tem por objeto o ser humano e seus transtornos mentais e comportamentais. Historicamente, pode-se afirmar que já era praticada pelos gregos antigos quando estes apontavam que transtornos mentais poderiam ter origem divina e configuravam como um resultado da ira dos deuses. Hipócrates, intitulado “pai da medicina”, contribuiu para que se levasse adiante as ideias de “doença” e saúde mental.

Já na Idade Média (Séc. V - XV), as doenças mentais e comportamentais

aparecem como sendo decorrentes de problemas sociais; até o século VI, normalmente, a família era responsável pela custódia e cuidado de seus doentes. Assim, as famílias que possuíam familiares portadores de alguma dificuldade mental eram vistas como fontes de vergonha e humilhação e isso colocava em xeque condições como posições sociais e a viabilidade de toda a família.

Do final do século XV até o início do século XVI outras opções de cuidados aparecem institucionalizados às casas de trabalho e aos mosteiros, mas de forma geral, não ofereciam nenhum tratamento ou conforto real aos necessitados. De acordo com Sandra Caponi (2012, p.96),

O tratamento moral implica uma ampliação absoluta e quase indefinida da ingerência da psiquiatria. Já não se trata, como no estado agudo, da cura de enfermidades derivadas de intoxicações; não se trata como profilaxia preventiva, de moralizar os alienados que se encontram no asilo; trata-se de uma profilaxia preventiva universal, referente a todo e qualquer sujeito que possa representar um desvio, por menor que seja, do tipo primitivo da humanidade.

Ao longo de toda a história da psiquiatria, algumas personalidades influenciaram decisivamente a evolução científica das doenças psíquicas no mundo, dentre eles podemos citar Philippe Pinel (1745-1826), representante da psiquiatria clássica. Através dos ideais revolucionários franceses de liberdade, igualdade e fraternidade, preconizou o tratamento moral para os alienados em Paris. Em 1801 publicou o *“Tratado médico-filosófico sobre a alienação ou a mania”*, no qual descreveu uma nova especialidade médica que viria a ser chamada de Psiquiatria (1847). Outros franceses também aderiram a essa especialidade, como Esquirol (1772-1840), o qual integrou, juntamente com Auguste Morel (1809-1873) e Édouard Séguin (1812-1880) a escola francesa iniciada por Pinel. Esquirol foi um reformador de asilos e hospícios franceses e seu trabalho influenciou sobremaneira a criação do Hospício de Pedro II, primeira instituição brasileira de assistência aos doentes mentais.

Emil Kraepelin (1855-1926), discípulo de Wilhelm Griesinger (1817-1868), integrou a corrente organicista² alemã. Seu livro *“Psychiatrie”*, serviu de

² A teoria organicista é uma postura filosófica em que o Estado é considerado um organismo vivo que ultrapassa os indivíduos e cada um tem uma função a cumprir para que a vida seja possível. Para os organicistas, a estrutura da sociedade é organizada e controlada biologicamente.

referência para muitas gerações de especialistas em doenças mentais e buscou oferecer aos pacientes um ambiente semelhante ao doméstico, método este que formulou a primeira legislação brasileira de assistência às doenças mentais. Um dos mais famosos psiquiatras mundiais foi Sigmund Freud (1856-1939), que trabalhou inicialmente com técnicas de hipnose e de uma investigação rigorosa dos sonhos. Freud é considerado pai da psicanálise, tido como um método de tratamento das neuroses.

Franco Basaglia (1924-1980), um dos psiquiatras mais discutidos no mundo foi quem devolveu ao doente mental a dignidade como cidadão. Visitou o Brasil na década de 1970, tornando-se uma figura emblemática na questão da luta antimanicomial brasileira. Finalmente, o filósofo e psicólogo Michel Foucault (1926-1984) desenvolveu um dos mais importantes trabalhos acerca da psiquiatria no mundo, trabalhando em diversos hospitais psiquiátricos e presídios, o que lhe concedeu bases para suas obras. Como um pesquisador da psiquiatria, ele conclui que a descontinuidade da história científica é influenciada pelo exercício de força e poder, que a psiquiatria não tratou em buscar resultados de cura, mas sim uma forma de controle social e familiar através do isolamento.

Breve História da Psiquiatria no Brasil e seus Principais Pesquisadores

Em 1836, a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro (AIMRJ), julgou necessária a criação do primeiro manicômio no Brasil, visando retirar do convívio social as pessoas marginalizadas – os loucos - como retrato por Oda e Dalgalarondo (2005). Durante o século XIX, os loucos eram frequentemente conduzidos para a cadeia pública ou para a enfermaria da Santa Casa de Misericórdia. Nesse sentido, havia uma espécie de consentimento no imaginário social e médico à época, que consentia que essas pessoas fossem encaminhadas para algum tipo de tratamento “especial”.

No ano de 1841, foi fundado no Rio de Janeiro o primeiro manicômio da

Para os organicistas, a estrutura da sociedade é organizada e funciona como um organismo biológico de natureza superior, com entidade e existência próprias. Dentro dessa teoria, a sociedade é um todo diferente da soma das partes (indivíduos), faz parte da essência do ser humano, mas é anterior a isso.

Corte, com o intuito de acolher os pobres, o que, em princípio, configuraria somente como um tipo de assistência religiosa, com a disponibilização de alimentos, roupas, um lugar para dormir e visitas médicas esporádicas, sem comportar qualquer prática psiquiátrica, tendo em vista que tal especialidade apenas surgiria no Brasil no ano de 1884. A construção e manutenção da estrutura física foi realizada pelas famílias ricas da Corte através da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, e passou a se chamar “Hospício de Alienados Pedro II”, inaugurado em 1852 (MACHADO et al., 1978; Teixeira, 1997, *apud* ODA; DALGALARRONDO, 2005, p.129).

Com o passar dos anos, outros hospícios foram sendo criados nas províncias de todo o Brasil, e, nos anos subsequentes, foram acometidos de inúmeros problemas financeiros e outras dificuldades. Em seguida, surgiram os asilos, onde eram internadas pessoas em condições adversas, como andarilhos, alcóolatrás, paralíticos, epiléticos, ocasionando assim um disfuncional amontoado de pessoas, as quais não recebiam qualquer acompanhamento médico especializado. Essas instituições mantinham pessoas sem diagnósticos propícios que resultassem na necessidade de internação. Em meio a tantos descasos, conseqüentemente os números de óbitos se elevavam, fator que abria contraste em relação às propostas enunciadas pelo projeto de assistência oficial, como citado por Oda e Dalgallarrondo (2005, p. 23).

Os relatórios evidenciam claramente a contradição entre o discurso que enunciava um projeto de assistência oficial e moderno aos loucos e a prática realmente efetivada com relação aos internos. De fato, trata-se de pessoas pobres submetidas a uma reclusão forçada e a péssimas condições de vida, durante toda a segunda metade do século XIX.

Foi somente a partir de 1884, com a inclusão da especialidade de Psiquiatria nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro que o estudo das doenças mentais passou a ser considerada uma enfermidade exclusiva da Psiquiatria. Dessa maneira, os psiquiatras recebiam grande influência das ideias de Pinel, o qual propunha afastar o louco daqueles que eram considerados fonte de suas loucuras, nesse caso, a família, a sociedade e seus hábitos de forma geral, conforme relata Fernandes (2009).

No Brasil por volta de 1938, no governo de Getúlio Vargas, as formas de controle social resultaram na segregação e na eugenia, já que era a maneira mais

eficaz de resolver os “problemas sociais” que ameaçavam o poder do Estado Novo. No início dos anos 1930 era fundada a Comissão Central Brasileira de Eugenia, que agregava um grupo de eugenistas e psiquiatras que atuavam na Liga Brasileira de Higiene Mental, instituição que adotou o discurso eugênico.

A eugenia, também chamada de eugenismo, foi cunhada por Francis Galton no século XIX definida como o estudo sobre o controle social por meio do melhoramento de raças, seja de forma física ou mental. Essa controversa prática foi amplamente utilizada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Uma das justificativas para a existência da eugenia é a de que as raças humanas consideradas superiores prevalecem no ambiente de maneira mais adequada. A pesquisadora e historiadora Nancy Leys (2004) defende sua tese ao destacar as especificidades ideológicas e o modo pelo qual se organizaram os movimentos eugênicos na América Latina,

A ligação entre psiquiatria e eugenia não é de surpreender diante da orientação da psiquiatria brasileira pela hereditariedade e a extraordinária preocupação de seus psiquiatras com os perigos que a doença mental e a ‘patologia’ dos pobres – crime, delinqüência e prostituição – representavam para a sociedade (LEYS, 2004, p. 331-391).

Segundo a autora, os eugenistas encontraram no discurso eugênico uma ferramenta poderosa para auxiliar no processo de reforma social e de aperfeiçoamento médico da nacionalidade. Isto é, eles estavam mais preocupados com as reformas sociais e com a adaptação ao meio do que propriamente com as questões biológicas.

Desse modo, tanto as pessoas com problemas mentais, quanto as classes populares ou as diversas raças consideradas como desvio da forma mais tradicional e aceitável das normas de conduta podiam passar a ser objeto de estratégias de controle. Reforçou-se assim uma “tecnologia eugênica para o problema da hereditariedade, preocupada com a purificação da raça e com a correção do sistema instintivo dos homens” (FOUCAULT, 2001, p.167)

Com o agravante dos problemas sociais na virada do século, se desenvolve a necessidade imprescindível do controle das massas para o reestabelecimento da ordem. Assim, os asilos passam a ser utilizados como espaços de exclusão para os desordeiros. Décadas adiante, com a instauração da ditadura militar a partir de 1964, as instituições psiquiátricas também foram

utilizadas como espaços de exclusão, especialmente para aprisionar os discordantes do governo. De acordo com Foucault (1997, p.105)

É assim que o internamento nos manicômios não se restringia apenas aos doentes mentais, mas também a todo tipo de categoria desvirtuada da ordem social, como as prostitutas, os libertinos, os homossexuais, os viciados, os vagabundos, enfim, a todas as formas de inválidos que não se integravam à máquina produtiva do bem econômico. O internamento combatia então a ociosidade, o pior mal que poderia existir na sociedade que elevava o trabalho como vocação e virtude.

É nítido o formato de controle destas instituições, onde o poder público manipula seus aspectos gerais e seus internos, os condenando a “morrer socialmente”. Portanto, era de extrema importância uma mudança radical nos moldes de tratamentos das pessoas com distúrbios mentais, e não obstante nas estruturas físicas dos manicômios, as quais eram precárias ou inexistentes, bem como nos sistemas de tratamento psicossociais que ofereciam aos pacientes.

Em 1970 acontece a mobilização de bolsistas e residentes dos hospitais psiquiátricos do Ministério da Saúde (MS), onde as condições eram absolutamente precárias. Nesse período, uma carta foi encaminhada ao Ministro da Saúde contendo denúncias e reivindicações. Em decorrência disso, foram demitidos 260 profissionais, desencadeando um novo processo de denúncias, manifestações e matérias na imprensa durante vários meses, iniciando uma reforma psiquiátrica brasileira, conforme relata Amarante e Nunes (2018).

Entre 1970 e 1987 a trajetória dessa luta antimanicomial motivou o acontecimento de vários simpósios, conferências da sociedade psiquiátrica, com participações de especialistas da psiquiatria reconhecidos internacionalmente, em prol da humanização desses pacientes. Em dezembro de 1987 foi realizado na cidade de Bauru, interior paulista, o II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, contando com o apoio do então Secretário de Saúde de Bauru, David Capistrano, médico sanitário e um dos fundadores do CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – e da Revista Saúde em Debate e defensor contundente da Reforma Psiquiátrica (AMARANTE; NUNES, 2018).

Nesse Congresso foi redigido o “Manifesto de Bauru”, que constituiu uma espécie de documento de fundação do movimento antimanicomial brasileiro que

marca a aliança entre os profissionais da saúde e a sociedade no enfrentamento da questão da doença mental e suas formas de tratamento. A partir deste manifesto, surge a articulação inicial ao combate político em torno de uma “sociedade sem manicômios”.

De acordo com Lüchmann e Rodrigues (2007, p. 402)

O manicômio é a tradução mais completa dessa exclusão, controle e violência. Seus muros escondem a violência (física e simbólica) através de uma roupagem protetora que desculpabiliza a sociedade e descontextualiza os processos sócio-históricos da produção e reprodução da loucura. A ruptura com o modelo manicomial significa, para o movimento, muito mais do que o fim do hospital psiquiátrico, mas também a crítica profunda aos olhares e concepções acerca deste fenômeno.

Após um trabalho árduo de integrantes do movimento antimanicomial no Brasil, foi criada a lei federal que dispõe sobre a reformulação do modelo tradicional de tratamento psiquiátrico, visando a regulamentação das instituições psiquiátricas para deixarem de ser uma instituição manicomial (Lei 10.216, de 6 de abril de 2001).

Entre os pesquisadores da psiquiatria no Brasil, citamos Teixeira Brandão (1854-1921), que em 1883 assumiu a Cátedra de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Como diretor do Hospício de Pedro II (1886), fundou a primeira Escola de Enfermagem no Brasil. Como diretor da Assistência Médico-Legal aos Alienados, iniciou a construção das colônias como forma de alterar o tipo de tratamento adotado na época.

Juliano Moreira (1873-1933), dirigiu o Hospital Nacional de Alienados por mais de 20 anos. Sendo poliglota, tornou-se capaz de assimilar, de forma abrangente, as influências europeias no campo da psiquiatria, integrando espaços para o diálogo com o paciente traçando novos caminhos para a psiquiatria brasileira.

Ulysses Pernambucano (1892-1943), defendia o método da praxiterapia³ e destacou-se pelos trabalhos no campo das drogas entorpecentes e alucinogênicas, dos testes psicológicos e das pesquisas de laboratório nas áreas

³ Praxiterapia: método psiquiátrico de tratamento usado, geralmente, com pacientes crônicos hospitalizados, e que consiste na utilização terapêutica do trabalho, distribuindo-se tarefas de complexidade crescente; terapia ocupacional.

clínicas e psicopatológicas. Já Luiz Cerqueira (1911-1984), pioneiro da desospitalização psiquiátrica, destacou-se pelo trabalho incansável de levantamentos sobre as condições da assistência à saúde mental no Brasil e, sobretudo, pela denúncia que atividade psiquiátrica percorria, qualificando como “indústria da loucura”.

Wilson Simplício (1924-2001) e Oswaldo Santos (1933-2000), inovadores da Psiquiatria brasileira, trabalharam no Centro Psiquiátrico Pedro II, atual Instituto Municipal Nise da Silveira, no período da ditadura militar. Foi com o intuito de reprimir e encarcerar que a Psiquiatria era usada para combater o ócio, levando os enclausurados ao abandono, a insalubridade, e aos eletrochoques. Foi nesse período que se desenvolveu o modelo das Comunidades Terapêuticas, incentivando a criatividade e as qualidades dos pacientes.

Por fim, a psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999), revolucionária para a época e inconformada com os tratamentos que considerava desumanos e agressivos, encontrou nas atividades artísticas o seu principal método terapêutico. Já Neusa Santos Souza (1948-2008), que trabalhou no Centro Psiquiátrico Pedro II, escrevia para jornais e periódicos, tendo sido uma das maiores psicanalistas que o Brasil já teve, mas praticamente desconhecida. Neusa Souza denunciava de forma acadêmica os males do racismo sistêmico. Era uma mulher negra, psiquiatra e psicanalista, exercendo uma carreira dominada por homens brancos.

A Imprensa como fonte

Na historiografia, os periódicos nem sempre foram considerados como fonte histórica confiável. Por muito tempo historiadores não utilizavam os meios jornalísticos como fonte para suas pesquisas, fato que foi sendo aos poucos superado, produto de um empenho para se repensar a História, suas dificuldades, enfoques e objetos.

Para Marc Bloch (2002, p.79) "é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito". Portanto, Bloch ressalta como é imensa a variedade de fontes históricas nas quais o historiador

pode trabalhar com o passado das sociedades, colocando a dispor do historiador o seu objeto de pesquisa.

A maior dificuldade nesta pesquisa foi no encontrar os documentos oficiais internos do Instituto de Psiquiatria de Bauru “Banuth”, tais como prontuários e fichas de pacientes. A partir de então, a imprensa se tornou imprescindível para consulta e análise de informações, desde as mais básicas, como datas de abertura e fechamento, até mesmo as denúncias de maus tratos que poderiam ser perpetradas internamente aos pacientes.

O temor pela utilização de jornais, de acordo com Maria Helena Rolim Capelato (1988, p.21), está na obsessão dos historiadores em buscar a verdade.

Até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade.

O Jornal impresso tem seu reconhecido papel como fonte histórica, principalmente no Brasil, a partir dos anos 70. Para Luca (2005) a autora Vavy Pacheco Borges teve o seu papel importante na historiografia, ao usar como fonte de pesquisa os periódicos. Segundo Luca (2005, p.111),

A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa, além de amudarem-se as edições fac-símiles e os catálogos dando conta de diários e revistas que haviam circulado em diferentes partes do território nacional. Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa.

Portanto, sabe-se que a os periódicos devem ser analisados minuciosamente. O confronto através de outras fontes torna o historiador mais assertivo quanto às informações, visto que o jornal se encontra em períodos históricos diferentes, em contextos políticos e sociais variados. Portanto, na falta de documentos oficiais internos físicos ou digitais da história do Instituto de Psiquiatria de Bauru, o Banuth, devemos ser cautelosos em analisar as informações impressas no Jornal *O Estado de São Paulo* e *Diário de Bauru*. Todavia, é importante ressaltar que nosso objetivo central desta pesquisa não é uma análise específica da Imprensa e/ou do jornal como fonte. Com uma

pretensão muito menor, visamos apenas colocar em pauta algumas considerações sobre o objeto de pesquisa, isto é, a instituição psiquiátrica de Bauru.

Não podemos deixar de pontuar que as pesquisas iniciais quanto a História deste objeto de estudo, o Instituto de Psiquiatria da cidade de Bauru, o “Banuth”, só foram possíveis a princípio por intermédio do acervo digital do *Jornal O Estado de São Paulo*, sem essa tecnologia que hoje faz parte de diversas pesquisas acadêmicas, o sucesso desse estudo talvez estivesse comprometido. Os caminhos traçados para chegar aos resultados colhidos, se iniciou com as consultas de forma online e digital, lembrando que no contexto pandêmico que ainda assola todos os continentes, foi estritamente necessária e bem-vinda para se dar continuidade as pesquisas.

A tecnologia digital já se faz presente no cotidiano de todos, no entanto, quando se trata de acervo digital de documentos e periódicos, a História através da Imprensa é a mais beneficiada para não se perder a essência do seu tempo. Os jornais digitalizados propiciam um real contato com o objeto físico e mantém o acesso a todos que desejam consultá-los, sem que haja prejuízos ou danos físicos ao material que se deseja consultar.

Preservar e conservar qualquer documento ou material impresso, são as bases para a construção investigativa da história e memória de uma sociedade ao longo do tempo. Como fonte de informação para o objeto de estudo, a tecnologia e os recursos disponibilizados pelos acervos no momento das consultas, se tornaram imprescindíveis e facilitadores para o usuário com o uso de metadados, como classifica Cajazeira e Souza (2019, p. 131),

Os metadados, no contexto dos repositórios digitais, são importantes para que o usuário possa buscar, acessar e, quando necessário, recuperar a informação. Eles colaboram no momento da busca do objeto, no caso da informação, bem como na visualização do conteúdo.

Através das consultas ao acervo do *Jornal o Estado de São Paulo*, foi possível identificar as datas precisas para posterior consulta ao acervo físico do *Jornal O Diário de Bauru* no Núcleo de Pesquisa e História "GABRIEL RUIZ PELEGRINA" – NUPHIS, criado em 1983 e instalado na UNISAGRADO da cidade de Bauru. Considerando que seria uma busca lenta, exaustiva e levaria muito

tempo a pesquisa direta ao acervo físico do Jornal local, a consulta online proporcionou êxito as buscas contínuas e relevantes ao relatório final.

O acervo digital de uma Instituição, seja ela privada ou pública, se trata de documentos digitalizados e disponibilizados para o usuário em um ambiente virtual e digital e normalmente de forma gratuita, maximizando as consultas e restringindo a busca do objeto de pesquisa.

A Instituição Psiquiátrica

A década de 1950 marcou no Brasil uma fase com inúmeros hospitais psiquiátricos e em conjunto com asilos superlotados, iniciou-se a privatização desses hospitais. Em 1960, os hospitais públicos passavam por uma crise administrativa e contava com péssimas condições de assistência aos pacientes. Em decorrência da precariedade nos atendimentos e superlotação, na década de 1970 percebeu-se a necessidade da contratação de leitos psiquiátricos privados pelo Estado.

Nesse mesmo período tem início os movimentos no intuito de reformular e reorganizar a política de saúde mental, que resultassem em melhores condições de tratamento dos pacientes. No entanto, as instituições psiquiátricas não passavam de empresas privadas de saúde que visavam somente a lucratividade da doença mental.

A partir de 1970, Encontros e Conferências de saúde mental, com participação de especialistas internacionais e nacionais da psiquiatria, impulsionaram as discussões acerca da desinstitucionalização e métodos desumanos no atendimento asilar. Um movimento importante a ser ressaltado foi o dos Trabalhadores em Saúde Mental, ao qual se uniram familiares de pacientes, movimentos sociais, docentes, pesquisadores e até estudantes. O intuito desse movimento em geral era uma reforma nas práticas e nos saberes da psiquiatria e nas relações interpessoais, médico e paciente.

Sendo o método asilar baseado em tortura e maus tratos, a concepção dos manicômios já tinha chegado no limite da desumanidade. Mas esse percurso para a desinstitucionalização foi marcado por impasses, tensões, conflitos, desafios e muitas lutas. Essa reforma foi conquistada à força e os movimentos começaram

a ganhar visibilidade, com a divulgação pelas mídias dos terrores que aconteciam dentro dos manicômios e instituições psiquiátricas⁴. Não foi diferente com o Instituto Psiquiátrico de Bauru, como veremos a seguir, através da imprensa da época.

Análise dos periódicos

Figura 1: Ferrovias



ACERVO O ESTADO DE S. PAULO

Copyright © 1975-2012. Todos os direitos reservados.

Fonte: "O Estado de S. Paulo", 02 de agosto de 1968, pág. 16

A primeira reportagem selecionada do jornal *O Estado de São Paulo* para análise é datada de 02 de agosto de 1968, página 16, (Figura 1). Ela apresenta

⁴ Foi no ano de 1979 que o jornalista Hiram Firmino e o cineasta Helvécio Ratton denunciaram os horrores perpetrados aos internos do Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, ao que, anos adiante, foi intitulado como "Holocausto Brasileiro".

informações obtidas através de um correspondente de Bauru, mas sem menção ao nome dele. Foram abordados com ênfase os acontecimentos do aniversário de 72 anos da cidade, “*Bauru, depois de 72 anos de existência, é hoje uma verdadeira capital do interior*”. Entre algumas inaugurações ocorridas na data de 1º de agosto de 1968, está também a inauguração do Instituto de Psiquiatria de Bauru (Figura 2). Apesar de mencionar o fato de já existir anteriormente, sua inauguração oficial foi marcada nesta data com presença de autoridades e representantes da classe médica. Nesse primeiro momento a unidade física estava estabelecida na Rodovia Marechal Rondon, ao lado do IPA (Instituto Penal Agrícola).

Figura 2. Detalhe da reportagem sobre a inauguração da Instituição Banuth



Fonte: “O Estado de S. Paulo”, 02 de agosto de 1968, pág.16

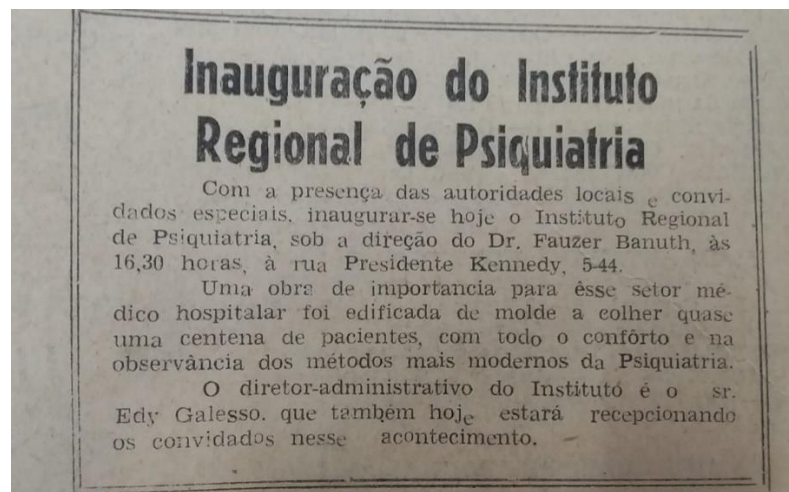
Na sequência vimos o então Jornal *Diário de Bauru*, com a data anterior dia 1 de agosto de 1968, data esta do aniversário da cidade Bauru (figura 3 e 4), já com mais detalhes narrativos e fotográficos do evento da inauguração do Instituto Regional de Psiquiatria à Rua Presidente Kennedy 5-44.

Figura 3. Inauguração do Instituto Regional de Psiquiatria “Banuth”



Fonte: Diário de Bauru, 03 de agosto de 1968.

Figura 4. Detalhe da imagem aproximada



Fonte: Diário de Bauru, 03 de agosto de 1968.

Continuação da reportagem adentro do jornal com mais detalhes sobre a matéria. (Figura 5, 6 e 7)

Figura 5. Hospital Psiquiátrico para Bauru



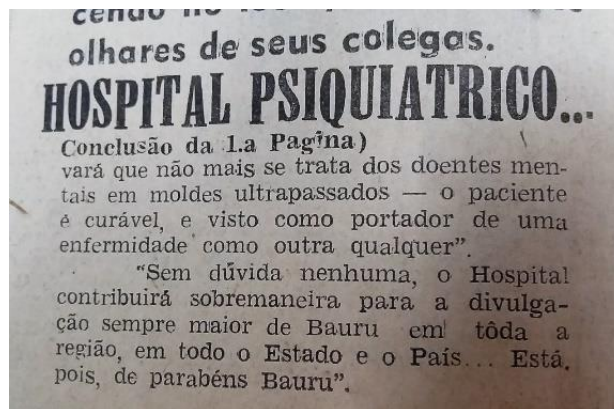
Fonte: Diário de Bauru, 03 de agosto de 1968.

Figura 6. Detalhe da reportagem



Fonte: Diário de Bauru, 03 de agosto de 1968.

Figura 7. Detalhe da reportagem.



Fonte: Diário de Bauru, 03 de agosto de 1968.

Em outra reportagem, data do ano de 1971 do *Estado de São Paulo*, podemos verificar uma reportagem sobre a extensão da malha ferroviária, que permite aos leitores receber as principais informações de seus correspondentes. A Ferrovia nesse momento passava por grande expansão no seu desenvolvimento econômico, dando ênfase ao aumento substancial no transporte de grãos para o mercado nacional e internacional (Figura 8).

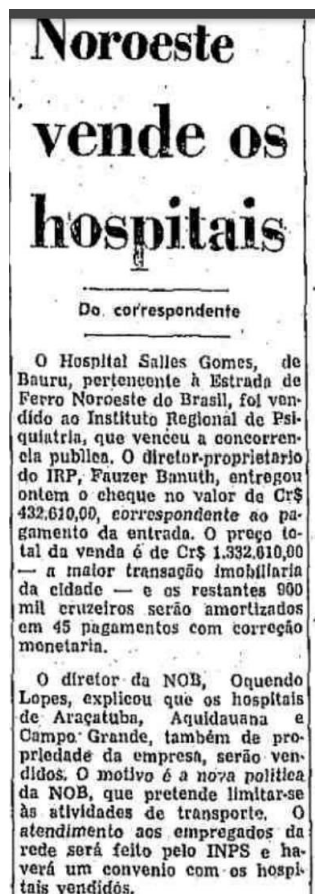
Figura 8: A venda dos hospitais



Fonte: "O Estado de S. Paulo", 14 de julho de 1971, pág.17

Disposta à esquerda da reportagem do Jornal *O Estado de São Paulo*, (figura 8), é possível notar uma pequena notícia sobre a venda do Hospital Salles Gomes ao Dr. Fauser Banuth, proprietário do Instituto Regional de Psiquiatria, pelo valor da moeda da época, o cruzeiro, Cr\$ 1.332.610,00. O Jornal descreve como sendo a “maior transação imobiliária da cidade”. O Hospital estava situado à Rua Padre Anchieta, Jardim Bela Vista, na cidade de Bauru, e no texto da reportagem é possível ler a seguinte comunicação “O diretor da NOB Oquendo Lopes, explicou que os hospitais de Araçatuba, Aquidauana e Campo Grande, também de propriedade da empresa, serão vendidos.” (p.17,1971). A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil precisava concentrar seus investimentos somente no progresso da ferrovia. Para tanto, a diretoria decide vender todos os Hospitais que eram mantidos pela Noroeste, “pois a modernização dos hospitais com equipes e aparelhamentos seria um grande investimento”, incluindo o Hospital Salles Gomes (p.17,1971 – Figura 9).

Figura 9: Detalhe da Reportagem sobre a venda dos hospitais



Fonte: “O Estado de S. Paulo”, 14 de julho de 1971, pág.17

Figura 10. Detalhe da reportagem sobre a inviabilidade da manutenção dos hospitais.

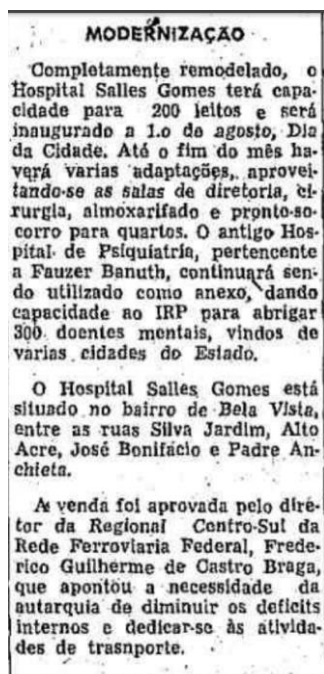
DEFICIT.

A rede hospitalar da NOB, segundo o diretor Oquendo Lopes, era subordinada ao Departamento de Assistência aos Ferrovias, e implicava em grandes encargos financeiros. Os deficits eram cobertos com a receita obtida pelos transportes. "A modernização — assinalou — dos hospitais com equipes e aparelhamentos, seria um grande investimento e a rede não teria condições de arcar com o onus. Com a venda dos prédios dos hospitais, uma série de encargos sociais será encaminhada aos órgãos do governo, como o INPS".

Fonte: "O Estado de S. Paulo", 14 de julho de 1971, pág.17

A notícia do *Estado de São Paulo* fornece detalhes sobre a capacidade de abrigar "200 doentes mentais vindos de várias cidades do Estado" (p.17, 1971 – Figura 11). A sua inauguração se deu no dia 1 de agosto de 1971, dia do aniversário da cidade. A partir dessa data, o Instituto de Psiquiatria de Bauru passa a exercer suas atividades no mesmo endereço que abrigava o Hospital Salles Gomes, à Rua Padre Anchieta, Jardim Bela Vista, na cidade de Bauru.

Figura 11. Detalhe da reportagem que qualifica o hospital.



Fonte: "O Estado de S. Paulo", 14 de julho de 1971, pág.17

A mesma reportagem (Figura 12, 13 e 14), agora presente no *Diário de Bauru*, o enfatiza a maior transação imobiliária feita na cidade de Bauru, quanto à venda do Hospital Salles Gomes da Estrada de Ferro Noroeste, em 12 de julho de 1971.

Figura 12. Assinatura do contrato de compra e venda do Hospital Sales Gomes na Rua Padre Anchieta do Jardim Bela Vista



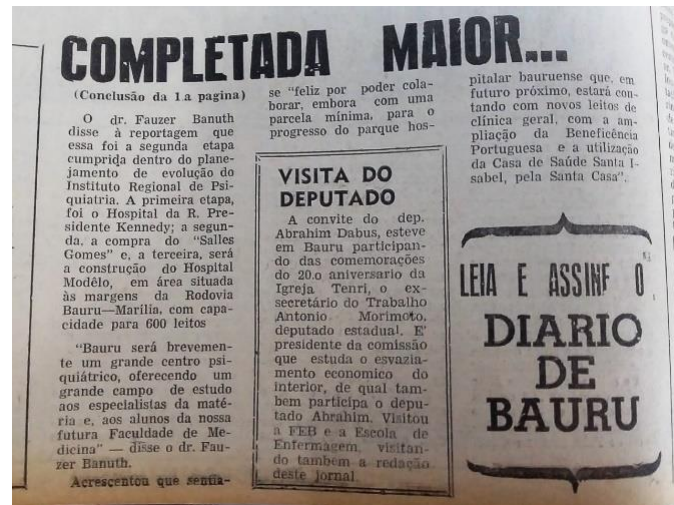
Fonte: Diário de Bauru 12 de julho de 1971

Figura 13. Detalhe da reportagem



Fonte: Diário de Bauru 12 de julho de 1971

Figura 14.



Fonte: Diário de Bauru, 12 de julho de 1971.

Já no ano de 1987 é possível notar o uma pequena notícia, enviada por correspondentes das demais cidades do estado de São Paulo, que abrange o interior paulista, baixada santista e todo o entorno da capital paulista, chamadas também de ABC Paulista, sobre a denúncia contra o hospital bauruense (figura 15). No destaque (figura 16), pode-se ler sobre a gravidade das denúncias contra o Hospital e as irregularidades cometidas contra os pacientes, que por direito deveriam receber um tratamento digno e criterioso quanto ao suas necessidades físicas e mentais. As denúncias registradas ao Secretário de Saúde do Estado, Dr. José Aristodemo Pinotti (1934-2009) e ao chefe do setor de medicina social

do INAMPS de Bauru, Dr. Luiz Fernando Ribeiro, foram feitas pela Dra. Marilisa Sales Braga, então presidente do Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos de Saúde em Bauru-SP. após sua visita ao Hospital.

Figura 15: Denúncia contra o hospital

28 - O ESTADO DE S. PAULO

Interior

GUARUJÁ - 26 DE NOVEMBRO DE 1987

O exemplo de José

Um novo exemplo de coragem e de luta por uma melhor saúde pública em Bauru, o exemplo de José de Almeida, diretor do Hospital de Bauru, que se recusou a aceitar o novo plano diretor do INAMPS, assinado pelo governador de São Paulo, Fernando Collor, e o ministro da Saúde, Paulo Roberto Campos. José de Almeida, que atua há 15 anos no Hospital de Bauru, afirmou que o plano diretor do INAMPS é "uma afronta à saúde pública e à dignidade dos profissionais de saúde". Ele afirmou que o plano diretor do INAMPS é "uma afronta à saúde pública e à dignidade dos profissionais de saúde".

Campinas vai interditar seu edifício mais antigo

LUCIANA ASSUNÇÃO ESTANIS

O prefeito municipal de Campinas, Paulo Roberto Campos, anunciou que o edifício mais antigo da cidade, o Palácio dos Campos, será interditado por falta de manutenção. O prefeito afirmou que o edifício, que foi construído em 1910, está em péssimo estado de conservação e que a prefeitura não tem recursos para restaurá-lo. O edifício será interditado até que seja possível restaurá-lo.

Guarujá discute o novo plano diretor

LUCIANA ASSUNÇÃO ESTANIS

O prefeito municipal de Guarujá, Paulo Roberto Campos, anunciou que o município está discutindo o novo plano diretor do INAMPS. O prefeito afirmou que o plano diretor do INAMPS é "uma afronta à saúde pública e à dignidade dos profissionais de saúde". Ele afirmou que o plano diretor do INAMPS é "uma afronta à saúde pública e à dignidade dos profissionais de saúde".

Festa do péssimo em Mairinque e Guapiara

LUCIANA ASSUNÇÃO ESTANIS

Em Mairinque e Guapiara, a festa do péssimo foi realizada com muita animação. A festa foi organizada pelo Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos de Saúde e contou com a participação de muitos profissionais de saúde. A festa foi muito divertida e todos se divertiram muito.

Mauá quer uma guarda para conter violência

LUCIANA ASSUNÇÃO ESTANIS

O município de Mauá está buscando uma guarda para conter a violência no município. O município está sofrendo com um aumento da violência e está buscando uma guarda para conter a violência. O município está sofrendo com um aumento da violência e está buscando uma guarda para conter a violência.

Denúncia contra um hospital de Bauru

LUCIANA ASSUNÇÃO ESTANIS

Um novo exemplo de coragem e de luta por uma melhor saúde pública em Bauru, o exemplo de José de Almeida, diretor do Hospital de Bauru, que se recusou a aceitar o novo plano diretor do INAMPS, assinado pelo governador de São Paulo, Fernando Collor, e o ministro da Saúde, Paulo Roberto Campos. José de Almeida, que atua há 15 anos no Hospital de Bauru, afirmou que o plano diretor do INAMPS é "uma afronta à saúde pública e à dignidade dos profissionais de saúde". Ele afirmou que o plano diretor do INAMPS é "uma afronta à saúde pública e à dignidade dos profissionais de saúde".

O Estado de S. Paulo, 26 de novembro de 1987, p. 22.

Fonte: "O Estado de S. Paulo", 26 de novembro de 1987, pág. 22.

Figura 16. Detalhe da reportagem sobre as denúncias contra o hospital



Fonte: "O Estado de S. Paulo", 26 de novembro de 1987, pág. 22

Tais irregularidades já haviam se tornado corriqueiras em muitas instituições psiquiátricas no Brasil e no mundo. Essa era a história de espaços frequentemente perpassados por narrativas carregadas de sofrimento. Internações compulsórias, abandono, violência, solidão, uniformização e aniquilamento da individualidade, como bem vemos nas denúncias narradas na reportagem. Por meio de um telex⁵ a Dra. Marilsa Sales Braga pontua detalhes quanto ao tratamento desumano na qual os pacientes do *Banuth* estavam sofrendo e pede "providências drásticas" referente as ocorrências (Figura 16).

As mesmas denúncias também foram publicadas no jornal *Diário de Bauru*.

⁵ Telex: era um sistema internacional de comunicações escritas que prevaleceu até ao final do século XX. Consistia numa rede mundial com um plano de endereçamento numérico, com terminais únicos que poderia enviar uma mensagem escrita para qualquer outro terminal.

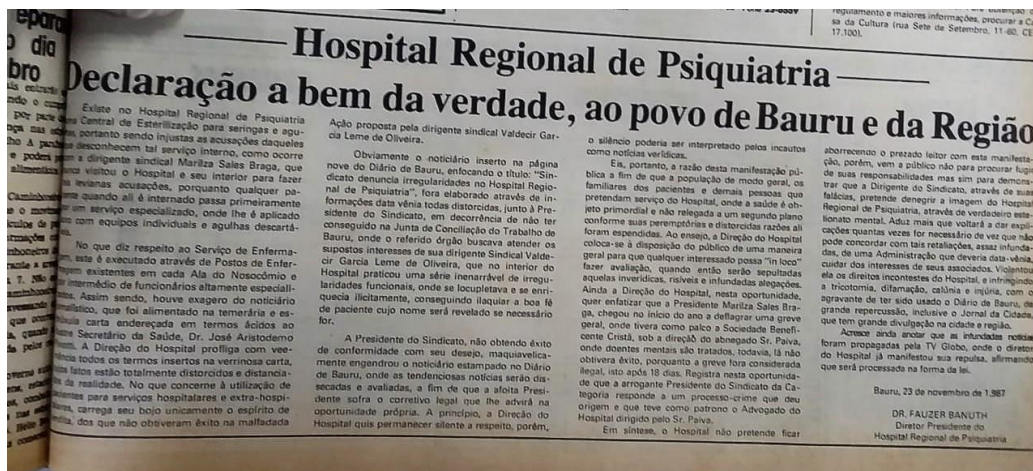
Figura 17. Denúncias do Diário de Bauru



Fonte: Jornal Diário de Bauru, 21 de novembro de 1987.

O que encontramos no Jornal *Diário de Bauru* que se diferencia do noticiário do Jornal *O Estado de São Paulo* neste atual período analisado, é que o diretor presidente do Hospital Regional de Psiquiatria, o Dr. Fauser Banuth, se manifestou sobre o fato, garantindo seu direito de resposta às denúncias feitas pelo Sindicato representado pela Dra. Marilza Sales Braga; publicou sua réplica e defesa (Figura 18).

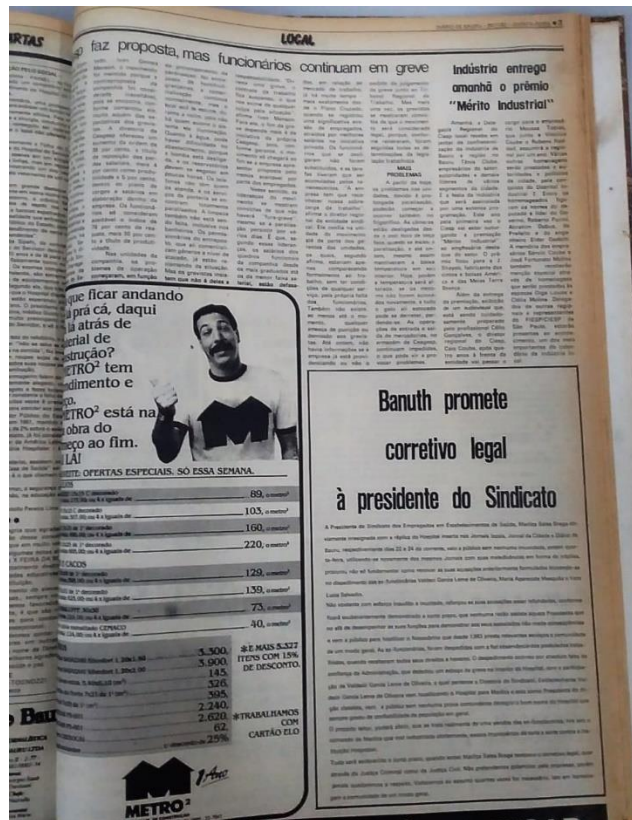
Figura 18. Réplica em defesa.



Fonte: Diário de Bauru, 23 de novembro de 1987.

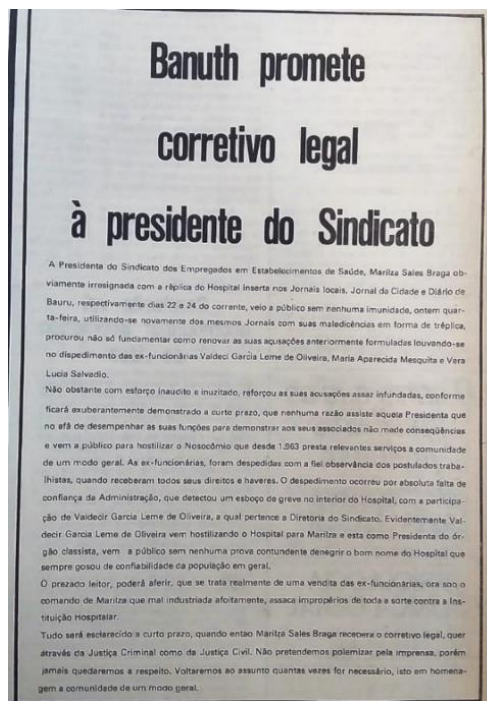
Posteriormente, em uma nova reportagem, foi noticiada a tréplica do Dr. Fauser Banuth, em detrimento do direito de resposta a novas denúncias contra o Hospital Psiquiátrico (figura 19)

Figura 19. Tréplica em defesa do Hospital



Fonte: Diário de Bauru, 26 de novembro de 1987.

Figura 20. Detalhe da reportagem



Fonte: Diário de Bauru, 26 de novembro de 1987.

Após inúmeras denúncias contra o Instituto de Psiquiatria de Bauru, o SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde) interdita o Hospital de propriedade do Dr. Fauser Banuth. O noticiário do Jornal *O Estado de São Paulo*, relata que “entre 1987 e 1989, quatro acusações foram comprovadas por meio de sindicâncias” (Figuras 21 e 22), o que resultou na invalidação de sua licença de funcionamento. Toda estrutura física e sanitária não provia de condições a oferecer um tratamento digno para uma pessoa que já sofre por sua condição psicossocial, que necessita e tem o direito a um tratamento humanizado.

Figura 21. Reportagem sobre a interdição do Hospital

Alvo das campanhas
A União não paga hospitais, o SUDS fecha o Hospital de Bauru.

Saúde
Saúde fecha hospital psiquiátrico em Bauru

Sem contador, União não paga hospitais

País terá mais 2 campanhas de vacinação em 90

Brasilero ganha prêmio de Lions

Atendestado. A assistência técnica aos nossos assinantes.

Quem assina O Estado de S. Paulo tem garantia de assistência técnica gratuita. É o ATENDESTADO, um número de telefone exclusivo para atender ou prestar informações aos nossos assinantes. Não tem difícil: mas se um dia você tiver algum problema com sua assinatura do Estado, ligue para o ATENDESTADO durante o horário comercial. Queremos manter sua assinatura sempre em linha.

ATENDESTADO
FALAMOS EM PORTUGUÊS E ESPANHOL
8-58-0222

O ESTADO DE S. PAULO

Bob
COMUNICADO

CENTRAL DE COMPRAS ADORA EM SÃO PAULO
Compras e serviços para o Estado de São Paulo. Rua do Estado, 100 - São Paulo - SP - CEP: 01000-000. Fone: (011) 3063-1000. Fax: (011) 3063-1001. Horário de atendimento: Segunda a Sexta, das 8h às 18h.

Obs: Todos os pedidos de compra serão atendidos pelo meio eletrônico de Compras Eletrônicas.

São Paulo, 5 de julho de 1990.
Bauru - A 100 km de São Paulo - SP

Figura 22. Detalhe da reportagem sobre o fechamento do Hospital.

Saúde

Saúde fecha hospital psiquiátrico em Bauru

JAIR ACEITUNO

BAURU — O Hospital Regional de Psiquiatria de Bauru localizado no Jardim Bela Vista, foi interditado ontem pelo diretor regional do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), Luiz Fernando Ribeiro. O hospital, de propriedade do médico Fauzer Banuth — várias vezes candidato à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa —, foi fechado por determinação do secretário estadual de Saúde, José Aristodemo Pinotti, após a constatação de uma série de irregularidades nas instalações e no cuidado com os pacientes.

Há cerca de dois anos o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Saúde recebe denúncias contra o hospital de Bauru por parte das famílias dos doentes e funcionários. Entre 1987 e 1989, quatro acusações foram comprovadas por meio de sindicâncias e transformadas nos processos que resultaram na não revalidação da licença de funcionamento, vencida no dia 25 de maio. Segundo Ribeiro, o estabelecimento não mantinha nutricionista e os remédios — a maioria entorpecentes que causam dependência — ficavam em locais de fácil acesso para os doentes, sendo prescritos sem recetário de controle.

No momento da interdição, nenhum dos responsáveis pelo hospital quis comentar o fato, alegando que Banuth, residente em São Paulo, viajaria a Bauru para dar explicações. A maior parte dos pacientes internados em Bauru foi transferida para o Hospital Psiquiátrico da Sociedade Beneficente Cristã, e os demais receberam alta. Segundo Ribeiro, o estabelecimento interditado deverá passar por ampla reforma para que volte a funcionar novamente.

Fonte: "O Estado de S. Paulo", 05 de julho de 1990, pág. 17

O então Jornal *Diário de Bauru* publicou em página inteira o noticiário da interdição do Hospital de Psiquiatria de Bauru, "Banuth", observando as denúncias, as irregularidades e os critérios para a desativação do hospital (Figura 23, 24, 25 e 26).

Figura 23 - Interdição do Hospital em 05 de julho de 1990.



Fonte: Diário de Bauru, 05 de julho de 1990.

Figura 24. Detalhe da reportagem



Fonte: Diário de Bauru, 05 de julho de 1990.

Figura 25. Detalhes da interdição



Fonte: Diário de Bauru, 05 de julho de 1990

Figura 26. Detalhe da foto na reportagem que demonstra a fragilidade dos pacientes no momento da interdição do hospital.



Fonte: Diário de Bauru, 05 de julho de 1990.

9.168, proprietário do Instituto de Psiquiatria de Bauru, “por ter estado provado que quando investido na função de direção técnica de Hospital Psiquiátrico, deixou de oferecer as dignas condições de atendimento a pacientes ali internados, inobservando, pois, o princípio de que a Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano, caracterizando, assim, infringência aos artigos 1º e 2º do Código de Ética Médica”.

No dia 11 de agosto de 2000, o Dr. Fauser Banuth recebeu a pena de **Censura Pública em Publicação Oficial**; em 19 de outubro de 2002, ele veio a falecer.

Figura 28. Detalhe da Reportagem com o edital do CRM-SP



Fonte: "O Estado de S. Paulo", 01 de novembro de 2000, pág. B3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As publicações do jornal *O Estado de São Paulo* se mostraram de extensa riqueza histórica. O periódico se coloca de forma pontual em suas pautas, e configura uma postura isenta de seu papel político, sem críticas nem elogios,

apenas se firmando no noticiário. Nota-se que o periódico não se limita somente a representar a cidade de São Paulo e imediações, apesar da sede do Jornal estar na capital paulista, mas publica reportagens de todo o estado de São Paulo, com significativo alcance territorial.

Na posterior análise sobre os periódicos do Jornal *O Diário de Bauru*, situado no acervo permanente do NUPHIS – Núcleo de Pesquisa e História do Centro Universitário do Sagrado Coração de Jesus - Unisagrado, confrontamos as reportagens para problematizar as narrativas da Imprensa na cidade de Bauru-SP, traçando um paralelo a partir das informações extraídas do Jornal *O Estado de São Paulo*.

Ao verificarmos as datas decorrentes das denúncias realizadas contra o Hospital em 21 de novembro de 1987, noticiada pelo *Diário de Bauru*, nota-se que poucos dias depois, em 8 de dezembro de 1987, foi realizado também nesta cidade o II Congresso que deu origem ao **Manifesto de Bauru**, documento que impulsionou a Luta Antimanicomial em todo território nacional.

São nítidas as evidências com relação à força e poder que impera neste momento histórico em todo o mundo, mas principalmente em nosso país, especialmente entre os anos de 1987 e 1993, conforme relatado por Lüchmann; Rodrigues (2007, pg. 403), em um momento de grandes manifestações a favor do respeito e da dignidade da vida de uma pessoa com problemas psiquiátricos. Concluimos que esta relação tem o poder de desconstruir uma linha linear do poderio psiquiátrico sobre o controle dos acontecimentos. Essa construção historiográfica da descontinuidade foi brilhantemente desvendada por Michel Foucault por intermédio de suas obras.

Por fim, quando do início da pesquisa, parecia evidente que o fato de não encontrarmos facilmente informações sobre a memória do Hospital Psiquiátrico de Bauru tivesse relação com uma intenção proposital de se apagar a história desse estabelecimento, visto que muitos familiares e parentes dos pacientes que passaram por esta Instituição sofreram ao buscar respostas pelos percalços a qual foram sujeitados seus entes queridos.

O título da presente pesquisa, “O apagamento Histórico”, por fim, não corroborou com a verdade. Ao longo da pesquisa, buscou-se responder o principal questionamento: houve apagamento da História desse hospital? A

resposta revelada pelas fontes foi: não! As fontes buscadas revelaram que, pelo contrário, há sim muita informação sobre os ocorridos brutais daquele estabelecimento. As fontes estavam lá, só esperando por serem reveladas e exploradas para, enfim, trazerem à tona a verdade que os fatos históricos nos proporcionam.

FONTES

Estado de São Paulo: Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em 04 de dezembro de 2021.

Diário de Bauru, Bauru. Acervo do Núcleo de Pesquisa e História, Centro Universitário do Sagrado Coração, Bauru. Acesso em 14 de junho de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P. **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. **A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios.** 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm/ Acesso em: 25 fev. 2022.

_____, Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Promulga a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm/ Acesso em 27 fev. 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2012.

ESTADÃO. Acervo. São Paulo, c2007. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/fag/>> Acesso em: 07 set. 2022.

FERREIRA, Tânia Sofia. Claude Quétel, **História da Loucura. Da Antiguidade à invenção da Psiquiatria. Do Alienismo aos nossos dias**. Lisboa: Texto & Grafia. 2 Vol. 2014. ISBN: 978-989-8285-98-0. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2017, 6.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Martins Fontes, 2001.

_____ **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____ **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARAES, Jacileide e SAEKI, Toyoko. **Sobre o tempo da loucura em Nise da Silveira**. Ciênc. saúde coletiva. [online]. 2007, vol. 12, no. 2 [citado 2007-03-09], pp. 531-538.

GOMES, Anna Luiza Castro et al. **A reforma psiquiátrica no contexto do movimento de luta antimanicomial em João Pessoa**, PB. 2013. Tese de Doutorado.

GRADELLA JUNIOR, Osvaldo. Hospital psiquiátrico:(re) afirmação da exclusão. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 87-102, 2002.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa: Edição digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LAING, Ronald David. **A política da experiência e o pássaro do paraíso**. Penguin UK, 1990.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. 10^o Encontro Nacional de História da Mídia. Junho de 2015.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica**. Revista Escritas, v. 7, nº 1, p. 3-7, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 399-407, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MIRANDA-SÁ JR, Luiz Salvador de. **Breve histórico da psiquiatria no Brasil: do período colonial à atualidade**. *Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 2007, 29.2: 156-158.

NUPHIS – Núcleo de Pesquisa e História Gabriel Ruiz Pelegrina, Disponível em: [NUPHIS - No UNISAGRADO - UNISAGRADO](#), Acesso em 07 set. 2022.

SILVA LINS CAJAZEIRA, P. E.; GOMES DE SOUZA, J. J. Acervo audiovisual e virtualização. **Rizoma**, v. 7, n. 1, p. 122-135, Acesso em 5 set. 2022.

SILVA, Roberto A. M. S.; VIÑAS, Suzana, P. **Breve História da Loucura e os hospitais psiquiátricos e suas histórias de horror no Brasil**. Porto Alegre, 2019.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. **História das primeiras instituições para alienados no Brasil**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 12, n. 3, p. 983-1010, 2005.

PAULIN, Luiz Fernando e TURATO, Egberto Ribeiro. **Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970**. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. [online]. 2004, vol. 11, no. 2 [citado 2007-02-16], pp. 241-258.

PENNA, William Pereira. **"ESCREVIVÊNCIAS DAS MEMÓRIAS DE NEUSA SANTOS SOUZA: APAGAMENTOS E LEMBRANÇAS NEGRAS NAS PRÁTICAS PSIS"**. UFF. 2019

PINEL, Philippe. **Tratado médico-filosófico de la enagenación [sic] del alma ó manía**. Imprenta Real, 1804.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO promulga o seguinte Decreto Legislativo: Art. 1º - Fica denominada Dr. FAUZER BANUTH a Unidade de Pronto Atendimento, sem denominação oficial, localizada na Rua Marçal de Arruda Campos, quarteirão 04, lado ímpar, nos loteamentos denominados Vila Lemos e Vila Santa Rosa, nesta cidade de Bauru. Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Bauru, 10 de setembro de 2012. RENATO CELSO BONOMO PURINI, EXPOSIÇÃO

Santos, Henrique Machado dos e Flores, Daniel, O documento arquivístico digital enquanto fonte de pesquisa. *Perspectivas em Ciência da Informação* [online]. 2016, v. 21, n. 04 [Acessado 7 setembro 2022], pp. 121-137. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1981-5344/2688>>. Epub 16 Jan 2017. ISSN 1981-5344. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2688>.

SCHMITZ, Erik Dorff. **UMA BREVE HISTÓRIA DA HISTERIA: DA ANTIGUIDADE ATÉ OS TEMPOS ATUAIS**. *Revista Mosaico - Revista de História*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 227-238, dez. 2021. ISSN 1983-7801. Disponível em: <<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8754>>. Acesso em: 26 fev. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/mos.v14i2.8754/>

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: LeBooks, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. **Eugenia no Brasil: 1917-1940**. In: *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. 2004. p. 331-391.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Empoderamento de usuários e familiares em saúde mental e em pesquisa avaliativa/interventiva: uma breve comparação entre a tradição anglo-saxônica e a experiência brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 2825-2835, 2013.

VIZEU, Fábio. A instituição psiquiátrica moderna sob a perspectiva organizacional. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 33-49, 2005.

ANEXO**CARTA DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO AO CEP OU CEUA**

À

COORDENADORIA DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNISAGRADO

Informo que não é necessária a submissão do projeto de pesquisa intitulado HISTÓRIA EM LOUCURA: O APAGAMENTO HISTÓRICO DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO BANUTH NA CIDADE DE BAURU, ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) ou à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) devido à ausência de pesquisa empírica que lide diretamente com pessoas ou animais.

☐

Atenciosamente,



Bauru, 01 de abril de 2021